

O PAPEL DO JORNALISTA INVESTIGATIVO VERSUS ÉTICA PROFISSIONAL

Géssica Brandino Gonçalves
Orientador: Prof. Dr. Sérsi Bardari
Área do Conhecimento: Jornalismo

Estudante do Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo; e-mail:
gessicacg@yahoo.com.br

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: sersibardari@hotmail.com

Palavras-chaves: jornalismo, investigação, ética, limites, Satiagraha

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca abordar o papel do jornalista como investigador na sociedade, seus métodos e limites, a partir do estudo de dois casos específicos: a morte do jornalista Tim Lopes e a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* “Dantas é alvo de outra investigação da PF”, da jornalista Andréa Michael, que antecipou dados da operação *Satiagraha*¹, abordando dilemas éticos com os quais o profissional se depara. Além dos dados da Imprensa, o referencial teórico apóia-se em autores como Gomes, Sequeira, Pena, entre outros que abordam a questão da investigação, ética e o próprio jornalismo. De acordo com Sequeira², a construção da reportagem investigativa começa na concepção da pauta, que pode surgir a partir de fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias ou da observação direta da realidade. O repórter deve familiarizar-se com o assunto, por meio da pesquisa e consulta a fontes, e, a partir daí, desenvolver um plano de ação, com custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações. Após o planejamento, o jornalista vai a campo, coleta dados, revê o material apurado, redige, revisa e publica. Conforme o jornalismo evolui, torna-se possível classificar a reportagem investigativa em três grupos: original, interpretativa e sobre investigação. A primeira caracteriza-se quando o jornalista vai a campo em busca de dados que comprovem uma suspeita, até então desconhecida pela sociedade. Foi o que fez o jornalista Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, o Tim Lopes, ao investigar a prostituição infantil nos bailes *funks* promovidos por traficantes da Vila do Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro. No segundo caso, a reportagem surge como resultado da reflexão e análise sobre um fato ou ideia, ampliando o entendimento do público. Já a reportagem sobre investigação origina-se do vazamento de uma investigação oficial em andamento ou a ser realizada, categoria na qual é classificada a reportagem “Dantas é alvo de outra investigação da PF” da jornalista Andréa Michael, do jornal *Folha de S. Paulo*, por antecipar dados da operação *Satiagraha*, que procurava desmontar esquema de desvio de verbas e lavagem de dinheiro chefiado por Daniel Dantas, dono do banco Opportunity, segundo investigações da PF. Cabe ainda ressaltar a importância da ética na ação investigativa que, com base em Gomes, pode ser definida como o campo filosófico que se dedica “à análise dos próprios valores e condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua

¹ Em sânscrito, *satya* significa “verdade” e *agraha* quer dizer “firmeza”. Desta forma, *Satyagraha* é a “firmeza na verdade ou firmeza da verdade”.

² SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

origem, seus fundamentos e finalidades”³. Com isso, percebe-se que é preciso lançar um olhar crítico sobre a realidade e denunciar irregularidades na garantia dos direitos da população, o que só é possível mediante provas concretas, obtidas por meio do trabalho de investigação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo de caso. O estudo foi realizado por meio da atuação dos jornalistas Tim Lopes e Andréa Michael na cobertura dos fatos mencionados. De acordo com Gil, o estudo de caso é caracterizado pela análise profunda de poucos objetos, de modo a permitir seu conhecimento amplo e detalhado. Por meio dele, é possível “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos e explicar variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas”⁴. A pesquisa acontece a partir da observação detalhada da atuação de dois profissionais investigativos, em diferentes contextos, de modo a identificar a utilização de métodos e as limitações enfrentadas no contexto da investigação jornalística. Como os casos em estudo apresentam modalidades investigativas diferentes e situam-se em âmbitos sociais diferenciados, houve a necessidade metodológica de estabelecer critérios específicos de observação para cada um deles. Isto porque, no caso Tim Lopes, o jornalista é o autor da investigação, que ocorre nas camadas marginalizadas da sociedade. Já Andréa Michael produziu reportagem sobre investigação realizada pela Polícia Federal, cujo alvo era Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity. Assim sendo, os conceitos éticos para cada um dos casos devem ser relativizados de acordo com o contexto de cada situação. Em busca de respostas para questões que surgiram ao longo da pesquisa e visando contribuir para o estudo acadêmico do jornalismo investigativo, foram realizadas entrevistas no Ministério Público Estadual, na Folha de São Paulo e com jornalistas que atuam nessa modalidade.

3. RESULTADOS PARCIAIS/ DISCUSSÃO

Em meio a problemas sociais e de corrupção existentes no país, o jornalismo investigativo atua como vigilante, denunciando crimes contra o patrimônio ou contra a vida, para que a situação seja solucionada pelos órgãos competentes. Logo, o jornalista não substitui o Estado, mas colabora na cobrança das ações de interesse público. O jornalista que se propõe a investigar enfrenta dificuldades, a maior delas é a impunidade, por determinar que a denúncia não tenha como contrapartida a ação policial. Esse fato gera insegurança para os que investigam. A morte é o maior dos riscos para quem denuncia irregularidades, tanto no meio político como entre traficantes. Ao contrário do caso de Tim Lopes, em que os acusados foram julgados e condenados, a maioria dos crimes contra jornalistas permanece sem solução. Tim Lopes era experiente na função de investigar, recebera o prêmio Esso, junto com outros quatro jornalistas, por realizar a matéria Feira de Drogas. A autoconfiança fez com que esquecesse seus próprios limites e subestimasse o risco de não ser mais um rosto desconhecido pelos traficantes, fato ignorado pelos responsáveis da TV Globo, que lhe deram a pauta. A morte de Tim Lopes fez Cristina Guimarães, repórter e ex-produtora da emissora, procurar a equipe do site Comunique-se e contar como a vida dela havia mudado após a matéria Feira de Drogas, da qual foi responsável pela produção. Desde a exibição da denúncia, vive escondida, pois traficantes da Rocinha prometeram 20 mil

³ GOMES, Mayara Rodrigues. *Ética e Jornalismo*. 2.ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 17.

⁴ GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1999, p. 73.

reais como recompensa por sua captura. Cristina queixou-se da falta de proteção da emissora. Para ela, Tim corria risco por ter feito as reportagens e o que agravava a situação era o fato do trabalho investigativo ser feito de modo solitário. “A gente faz reportagens na cara e na coragem. [...] A gente tem liberdade de imprensa, mas ninguém protege a gente”⁵. O caso Tim Lopes gerou debate inédito entre jornalistas. A mobilização levou a realização de um seminário no dia 30 de agosto de 2002, quando começou a ser articulada a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Pela primeira vez, foram discutidos os métodos e medidas necessárias para que a empresa não expusesse a vida do jornalista. Para aqueles que investigam altas esferas de poder e influência surgem outras dificuldades. Primeiramente, existe o risco de o repórter ser corrompido pela fonte, que pode “manipular o jornalista e agendar os meios de comunicação”⁶, uma vez que “uma fonte oficial pode divulgar determinada notícia para amenizar o impacto de outra, que deseja ocultar”⁷. Outra questão é o grau de independência financeira e ideológica da empresa jornalística, fator que pode interferir no conteúdo da matéria, ou, até mesmo, impedir a publicação de uma denúncia que contrarie interesses. De acordo com a pesquisadora Montserrat Quesada, citada por Sequeira⁸, a maioria dos jornais do mundo carece de independência econômica real, o que tira os anunciantes da mira investigativa. Algumas circunstâncias da publicação da matéria “Dantas é alvo de outra investigação da PF” chamam atenção. Mesmo na condição de informação exclusiva, um “furo”, a reportagem não mereceu chamada de capa e saiu entre outras sete que se referiam ao fechamento da venda da Brasil Telecom, de Daniel Dantas, para a operadora de telefonia Oi. A reportagem, que poderia prejudicar a transação, foi publicada após a conclusão do negócio e o prejuízo foi da Polícia Federal. O diretor de redação da Folha de S. Paulo, Otávio Frias Filho, em entrevista a Sequeira, anos antes da publicação da reportagem, afirmou que o jornal era “bastante imune a pressões ilegítimas ou indevidas que possam visar ao acobertamento de uma investigação ou à não-publicação de determinada apuração”⁹.

4. CONCLUSÃO

Os valores morais refletem a cultura de uma comunidade específica, em um dado período do tempo e espaço. A fixação de um código de ética para o jornalismo busca reunir os preceitos para garantir a moralidade do exercício profissional, porém, o sentido do mesmo é complementar, não isentando do cumprimento das demais leis. Os casos escolhidos para estudo trazem questionamentos não contemplados no Código de Ética dos jornalistas, que coloca a busca pela verdade como dever do profissional, mas não menciona como e nem até onde o jornalista deve ir para obtê-la. Tal omissão gera opiniões divergentes para justificar condutas do profissional, legitimando sua ação, mesmo que ilegal, pelo interesse público. Também não há regulamentação sobre a antecipação de dados de uma investigação policial ainda em andamento. O contra-argumento utilizado é que o dever de zelar pelo sigilo dos dados cabe ao investigador, assim como cabe ao jornalista publicá-los. O que não entra em discussão é a responsabilidade do profissional pela consequência de tal divulgação. Porém, cada

⁵ GUIMARÃES, Cristina *apud* ALVES, Ivson. Tim Lopes, assassinado. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp120620026.htm>>. Acesso em 19 de outubro de 2009.

⁶ PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 61.

⁷ *Id. Ibidem*, p. 61.

⁸ SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005, p. 103.

⁹ *Id. Ibidem*, p. 102.

empresa tem uma ideologia, a qual o jornalista está sujeito, e que pode dificultar o processo de investigação. A rotina de produção do jornalismo é motivo para que muitos discordem quanto ao cumprimento de normas éticas que dificultem a obtenção da informação. Para alguns, o repórter deve trazer a matéria a qualquer custo. Se a questão da segurança dos jornalistas ganhou espaço com a morte de Tim Lopes, resta questionar a parcela de culpa que cabe ao meio de comunicação pela vida de seus profissionais. Por fim, o jornalismo investigativo, quando realizado dentro das bases éticas, contribui tanto para a sociedade como para a empresa, dando-lhes credibilidade, mas é preciso ressaltar que não há permissão especial que autorize o jornalista a infligir a Lei, e que uma matéria não pode valer uma vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ivson. Tim Lopes, assassinado. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp120620026.htm>>. Acesso em 19 de outubro de 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Mayara Rodrigues. *Ética e Jornalismo*. 2.ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.